
CAPÍTULO VIII

GÉNERO NA UEM: entre a resistência e a complacência

Isabel Casimiro

Esmeralda Mariano

Rehana Capurchande

Duarte Rafael

Margarida Paulo

Célia Buque

João Colaço

† Generosa Cossa*

Ximena Andrade

Gracinda Mataveia

1. Introdução

Não se pode falar da integração da perspectiva de género¹ e desenvolvimento na Universidade, sem resgatar as trajectórias e os processos históricos, que ditaram o surgimento e o crescimento das universidades em África, e em Moçambique, em particular. O início das independências políticas dos países africanos na década de 1960 foi acompanhado por lutas intensas para “transformar”, “africanizar”, e “descolonizar” as universidades em África. Estes processos envolveram a formulação de uma nova filosofia de ensino superior informada pela história, cultura, ideias e aspirações africanas, bem como por uma redefinição fundamental sobre o papel da universidade (NDLOVU-GATSHENI, 2017, p. 61).

Seguiram-se intensos debates em torno ao dilema da “indigenização”, “africanização” *versus* “internacionalização” e, nestes, emergiu a proposta de Achille Mbembe, que aponta para uma descolonização epistemológica, sobre se seria mais

¹ Perspectiva de género refere-se a uma abordagem teórica e metodológica e a mecanismos que permitem identificar, questionar e avaliar a discriminação, a desigualdade e a exclusão das mulheres, justificada a partir das diferenças biológicas, bem como as acções que devem ser realizadas para criar as condições de mudança, e que permitam avançar na construção da igualdade de género.

*In Memoriam

benéfico abrir ou fechar a academia para uma pluralidade de conhecimentos (NDLOVU-GATSHENI, 2017, p. 63). Uma questão que preocupou e, ainda hoje, preocupa os intelectuais e acadêmicos africanos, é a “descolonização epistemológica”, que é importante para superar e lidar com a divisão intelectual e relação assimétrica entre local e global, a tendência da Europa e da América do Norte serem vistas como locais de produção das teorias e conceitos, que são posteriormente consumidos pela África e pelo resto do mundo. Por isso, segundo este autor, sustenta-se que o projecto de africanização e descolonização das universidades africanas nas décadas de 1960 e 1970 foi superficial, aparentemente de grande vulto, com a mudança dos nomes coloniais das universidades, nova administração das universidades por Reitores e Vice-Reitores negros, aumentado o número de acadêmicos e estudantes negros e incluído o trabalho feito por acadêmicos africanos no currículo. No entanto, nesta ideia de africanização e descolonização, não se tocou na estrutura epistemológica eurocêntrica sobre a qual as universidades em África foram construídas, o que contrariava a essência do projecto de descolonização (*Ibidem*, p. 60).

Esta contextualização ajuda-nos a reflectir sobre a importação de modelos, conceitos, teorias e a sua inadequação em contextos específicos. As universidades em África surgiram como se fossem réplicas das instituições europeias (transplantadas da Europa e da América do Norte para África), assim como igualmente, se pensou, e se distorceu o conceito de género, e base para a não apropriação e resistência da sua integração. Este aspecto reflecte a essência da pesquisa desafiadora do Centro de Estudos Africanos na UEM.

O conceito de género e a perspectiva da sua integração ainda permanecem periféricos, mas importantes e urgentes nas instituições de ensino superior, assumindo este conceito como dinâmico que não pode ser analisado isolado dos contextos políticos, sociais e económicos (TSVERE e NYARUWATA, 2012). Na análise feminista radical, género significa muito mais do que uma noção intelectual, tem uma capacidade crítica e profundamente transformadora quando é usada para suscitar novos sentidos de identidade e significados em relação às categorias de feminilidade e masculinidade; juventude e velhice; cidadania e identidade, orientação sexual; localização urbana e rural e seus cruzamentos com noções de autenticidade e modernidade; raça e privilégio; a contestação sobre espaço e nacionalidade; e, até mesmo, a definição do presente e do

futuro (MCFADDEN, 2000). Hoje, a perspectiva da interseccionalidade, apesar de contestada, aportaria outras dimensões que caracterizam as relações e permite outras possíveis leituras críticas da realidade social.

Questiona-se, muito frequentemente, porque é importante a integração da perspectiva de género na nossa Universidade? Primeiro, porque uma educação de qualidade só pode ser alcançada abordando questões de igualdade e equidade de género. Segundo, se as universidades se assumem como instituições que lideram a construção de modelos democráticos, de cidadania, de justiça e de direitos humanos, “então as universidades devem ser construtoras da integração de género e praticar os princípios democráticos” (TSVERE e NYARUWATA, 2012, p. 3). Género começou a ocupar um *status* cada vez mais central como uma ferramenta de pensamento político, particularmente em termos de redefinição abrangente de nossas realidades africanas nos espaços domésticos e familiares (MCFADDEN, 2000).

2. Integração e institucionalização da perspectiva de género

O conceito de género foi mencionado nas Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, em 1975, (Cidade do México), 1980 (Copenhaga) e 1985 (Nairobi). Todavia, a estratégia da integração da perspectiva de género foi discutida e aprovada na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas, (Declaração de Pequim, 1995). A aprovação desta perspectiva estimulou os governos e outros parceiros a promoverem uma política activa e visível de integração transversal do género em todas as políticas e programas públicos. Em Julho de 1997, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (CES) definiu a integração da perspectiva de género (*Gender Mainstreaming*) da seguinte forma:

Integrar género é o processo de avaliar as implicações para as mulheres e para os homens de qualquer acção planeada, incluindo a legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e a todos os níveis. É uma estratégia para fazer das preocupações e experiências das mulheres e dos homens uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoria e avaliação das políticas e programas em todas as esferas política, económica e de sociedade, para que as mulheres e os homens beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objectivo final da integração é conseguir a igualdade de género (TVEDTEN et al., 2008, p. 41).

Desta forma, após a Conferência de Pequim (1995), muitos países deram início ao processo de promoção da integração de género. Moçambique, que havia iniciado a

implementação da estratégia de integração transversal do género aplicando o sistema de quotas para a eleição de candidatas à deputadas em 1994, foi à Conferência de Pequim com uma delegação chefiada por uma Ministra da Acção Social que superintendia a área da Mulher. Mais tarde, deu um salto qualitativo, com a criação de mecanismos institucionais de integração de género, onde se destaca a criação do Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MOÇAMBIQUE. MIMAS, 1999), seguida pela aprovação e implementação de políticas, programas e planos de integração transversal de género. Assim, nas instituições públicas, deu-se início a um processo de institucionalização de género, com a criação de unidades de género e a indicação de pontos focais de género (*Ibidem*, p. 13).

Na UEM, a necessidade da institucionalização da igualdade de direitos entre mulheres e homens data do ano da sua criação, em 1976, como instituição de ensino superior pública, tendo como um dos princípios orientadores, a emancipação da mulher plasmada na então lei fundamental, que estabelecia o seguinte:

A emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado. Na República Popular de Moçambique a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, estendendo-se esta igualdade aos campos político, económico, social e cultural (CONSTITUIÇÃO da República Popular de Moçambique – CRPM, Artigo 17).

Foi sob esta orientação que a UEM teve como base de funcionamento e de gestão académica, o princípio da não discriminação em função do sexo, facto que se mostrou desafiador de um *status quo* recém transformado e inovador. Porém, este princípio não teve uma orientação e uma aplicação coordenada e articulada em todas as áreas e processos de intervenção da Universidade, por falta de uma clara orientação estratégica.

O Núcleo da Mulher Académica (NUMAC) foi uma outra iniciativa surgida em 1992 e oficializada em 1998, com o objectivo de debater a situação da mulher na academia, a necessidade da sua educação e formação, bem como a obtenção de bolsas, tal como referido por uma das nossas entrevistadas, membro da sua criação:

Verificamos que a presença de mulheres tanto no corpo docente bem como no corpo discente da UEM e do então Instituto Superior Pedagógico, actual Universidade Pedagógica (UP) de que eu fazia parte na altura, correspondia a 25%. O NUMAC surge com o apoio do Professor Paulus Gerdes, docente do Instituto Superior Pedagógico, onde exerceu a função de Reitor no período de 1989- 1996, como um mecanismo de debate sobre a situação da mulher na academia e tinha como objectivos, a necessidade da educação e formação

da rapariga e da mulher e a obtenção de bolsas de estudo para as mulheres se deslocarem, levando consigo as respectivas famílias, pois o papel sócio-familiar da mulher, constituía um grande impedimento para a mulher aderir às bolsas de estudo fora do País, sem a possibilidade de levar a família (PARTICIPANTE, membro da criação do NUMAC).

Ao longo do período de vigência da 1ª Constituição da República Popular de Moçambique – 1ª República (1975-1990), o texto constitucional sofreu algumas flutuações, resultantes do momento histórico, tendo culminado com a aprovação da Constituição de 1990 – 2ª República, onde se estabeleceu, claramente, o Princípio da Igualdade de Género, no Artigo 36, segundo o qual “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”.

Na actividade de ensino e aprendizagem, neste período, destacou-se o trabalho desenvolvido pelas Faculdades de Letras e de Educação relativo à introdução, nos currículos, de novos conteúdos relativos às desigualdades e à criação de disciplinas com conteúdos sobre as temáticas de género.

Noutra vertente, este avanço constitucional, impulsionou a adopção de uma orientação estratégica mais arrojada no Plano Estratégico 1999 - 2003 da UEM, no Objectivo Estratégico 8, preconizando o seguinte:

Garantir a Equidade de Género. A educação é essencial para se atingir o desenvolvimento e a paz e contribui para uma relação solidária entre mulheres e homens. Neste contexto, a UEM deve desenvolver acções tendentes a contribuir para eliminar os desequilíbrios nas oportunidades entre homens e mulheres como agentes e mudança e participantes activos no desenvolvimento económico sustentável (PLANO ESTRATÉGICO DA UEM 1999 - 2003).

Este importante objectivo representou um grande avanço em termos programáticos. Porém, a falta de uma unidade coordenadora da integração da temática de género na UEM, foi identificada como um constrangimento na materialização do princípio da igualdade de género, de forma coordenada e institucionalizada. Esta constatação levou à criação da unidade exclusivamente dedicada às questões de género - o Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGE), em 2008, por forma a promover igualdade de género na UEM e na sociedade.

A criação do CeCAGE representa a institucionalização do princípio da igualdade de género e avanços na ampliação do debate sobre a igualdade de género na UEM e na sociedade em geral, através da realização de actividades de formação, investigação e

extensão, bem como conferências, seminários, *workshops* e palestras. Igualmente, é o reforço de parcerias que tem impulsionado as actividades de igualdade de género, onde se destaca o apoio prestado pelas Nações Unidas, através da ONU Mulheres e da Cooperação Italiana.

Na sua actuação, o CeCAGe é reconhecido como um centro de referência que oferece e coordena actividades de investigação sobre temáticas de género, formação de curta duração, de modo a permitir que as relações entre mulheres e homens sejam construídas na base da igualdade e equidade em todos os níveis e processos da vida académica e profissional, para o reforço da componente pedagógica, nomeadamente no processo de ensino e aprendizagem, investigação e de extensão.

Neste contexto, pode-se indicar a disponibilização de cursos sobre temáticas de género e outros temas afins, para a sociedade no geral, onde se pode destacar o curso sobre a Planificação e Orçamentação na Óptica do Género (POOG); Liderança transformativa de género; Género, eleições e autarquias; Governança, desenvolvimento local; integração de género nas pesquisas, cursos disponibilizados aos docentes e investigadores, não só da UEM mas das IES no geral, com destaque para o curso sobre a Integração de género nas pesquisas, projectos e programas de investigação e o de práticas pedagógicas sensíveis ao género e diversidade. Desta forma, a UEM, através do CeCAGe, posicionou-se como a primeira instituição de ensino superior, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a oferecer, desde 2011, e com regularidade anual, aos planificadores, orçamentistas e gestores das instituições dos países desta Comunidade, o curso sobre planificação e orçamentação na óptica do género (POOG), tendo o registo da participação, para além de Moçambique, de cidadãos de Angola, São-Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Brasil.

Importa destacar que, desde o ano de 2010, o CeCAGe vem comemorando a Semana de Género da UEM. A Semana de Género constitui um espaço de reflexão e debate sobre as relações mulher/homem no seio da instituição e na sociedade em geral, bem como sobre a promoção do equilíbrio de género na UEM. Ademais, a Semana de Género constitui um espaço de divulgação de resultados de pesquisas sobre a temática de género e de divulgação de instrumentos de promoção da igualdade de género, entre outros temas afins.

A UEM, como forma de demonstrar o seu cometimento com as temáticas de género, em 2017 integrou a Semana de Género no calendário académico, garantindo, deste modo a realização da mesma de forma mais coordenada e com o envolvimento das mais variadas sensibilidades da instituição.

Ainda como resultado do reconhecimento do CeCAGE, a UEM foi seleccionada para hospedar a Iniciativa para Jovens Líderes Africanos (YALI) um programa lançado pelo Governo dos Estados Unidos para investir na próxima geração de líderes africanos. Assim, o CeCAGE em parceria com a *University of South Africa* (UNISA), implementou o Programa em Língua Portuguesa, de 2016 a 2019, em três áreas específicas: Gestão de Negócios e Desenvolvimento de Empreendedorismo, e Liderança Cívica e Gestão Pública e Governação, destinado, numa primeira fase, aos jovens moçambicanos e angolanos e, posteriormente, estendido aos jovens da Guiné-Bissau.

Young Women Leadership (YWL) é um grupo de estudantes cujos fundadores são dos cursos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política da UEM, criado em 2015. O grupo tem como objectivo promover actividades de pesquisa e de sensibilização sobre direitos sexuais e reprodutivos no campus universitário principal da UEM, bem como dialogar com as universidades da região da África Austral. Desde a sua criação, o grupo realizou duas pesquisas em “Sexo transaccional nas residências universitárias da UEM” e “Privacidade nas casas de banho do campus universitário”, cujas questões de pesquisa foram fruto das preocupações colocadas pela maioria dos estudantes da UEM. Igualmente, vários debates envolvendo docentes, estudantes e membros do CTA têm sido promovidos na área de intervenção do grupo com vista à igualdade de género na esfera académica.

Importa, igualmente, destacar os avanços na implementação de medidas de discriminação positiva, através da adopção de quotas de admissão regional sensíveis ao género, aquisição de mobiliário sensível ao género e na produção de instrumentos orientadores que garantem a igualdade de género, nomeadamente a Estratégia de Género da Universidade Eduardo Mondlane (EGUEM) (2020-2030), cuja implementação possibilitou o início da elaboração da proposta de Regulamento de Prevenção e Combate à Corrupção e ao Assédio, em fase de elaboração. Na mesma sequência, regista-se a integração nos *curricula* dos cursos, da disciplina sobre Métodos de Estudo e Habilidades para a Vida, abordando temáticas de género, bem como a implementação do curso de

Mestrado em Género e Desenvolvimento, aprovado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho Nacional de Avaliação e Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), em 2020.

Na área da investigação, é de salientar a criação de grupos de investigadores multidisciplinares para as temáticas de pesquisa coordenada pelo CeCAGe; a atribuição de bolsas para cursos de pós-graduação sobre género e desenvolvimento e de curta duração sobre “Mulher, Paz e Segurança”, em colaboração com a ONU Mulheres e a Universidade da Nações Unidas da Islândia (ONUGEST), desde 2018.

3. História sobre a integração da perspectiva de género na UEM

Em Moçambique, os debates sobre as desigualdades sociais entre mulheres e homens vêm conquistando um espaço importante desde os anos da luta armada de libertação nacional (1964-1974). A integração das mulheres no seio do movimento de libertação nem sempre foi consensual, tendo sido objecto de controvérsias, tanto no seio da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), quanto na sociedade, em geral. Para ilustrar a afirmação, Marina Pachinuapa, guerrilheira do movimento de libertação, disse:

Algumas pessoas, incluindo homens e mulheres, diziam: essas meninas são um caso perdido! Onde já se viu mulheres vivendo com homens na Base? (...) As pessoas pensavam que nós éramos mulheres de má vida, e que homens e mulheres só se podiam juntar por prazer sexual (...) Um aspecto relevante foi que, durante muito tempo, uma boa parte dos homens da FRELIMO nunca aceitou o nosso grupo formado por mulheres e tornavam a nossa tarefa extremamente difícil (ZIMBA, 2012, p. 64).

Com efeito, a determinação por parte das mulheres em lutar pela libertação do País e ver reconhecidas as suas capacidades, assim como o apoio e reconhecimento da liderança do movimento sobre o papel importante das mulheres no sucesso da luta, contribuíram para a sua inserção e afirmação. Portanto, os espaços que as mulheres conquistaram no seio do movimento e que foram cruciais para os avanços e conquistas no campo da igualdade de género em Moçambique são o resultado de processos de luta, com avanços e recuos ao longo do tempo.

Em 1988, é criado, no Centro de Estudos Africanos (CEA) da UEM, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) com o objectivo de realizar pesquisa - acção, estudos e formações, para conhecer, visualizar e propor alterações em relação à situação da mulher em Moçambique. O surgimento deste Núcleo está relacionado com a participação da mulher na luta armada de libertação nacional em Moçambique, dirigida pela FRELIMO

(1962-75), com a política da FRELIMO e do Partido Frelimo em relação à mulher, com os avanços verificados na pesquisa no CEA, com as mudanças no continente africano e com o movimento feminista à escala mundial.

O CEA foi o primeiro centro de pesquisa na UEM, fundado em 1976, depois da independência². A sua criação era um sonho acalentado por Fernando Ganhão, primeiro Reitor da UEM, por Aquino de Bragança, primeiro Director do CEA e outros militantes da FRELIMO, durante a luta armada de libertação nacional. Pretendia-se ter uma instituição de pesquisa com intelectuais orgânicos dedicados à causa da libertação, que pensassem criticamente a luta armada e que oferecesse alternativas à construção de um Moçambique anti-colonial, anti-imperialista e anti-racista, inspirado nas lutas de libertação das antigas colónias portuguesas (GENTILI, 2012, p. 22; CASIMIRO, 2020, p. 97-100).

Não foi por acaso que os seus primeiros estudos se debruçaram sobre *Zimbabwe - A Questão Rodésiana* (Outubro 1976) e sobre *O Mineiro Moçambicano* (1977). Estas temáticas tinham implicações sobre a vida das pessoas nas províncias do sul e do centro de Moçambique, nas suas relações económicas, sociais, políticas, culturais, nas relações de género entre mulheres e homens.

O surgimento do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) e, em 1990, do Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMG), são o corolário de mais de uma década de pesquisas e de formação de uma geração de intelectuais comprometidos com a mudança de Moçambique, de uma pesquisa que desafiava conceitos, métodos e teorias de investigação, tendo como ponto de partida Moçambique no contexto da África Austral e do mundo.

Em 1988, com o envolvimento de cinco países da região Austral de África³, o CEA-NEM/DEMEG participou na criação da WLSA - *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* - Projecto Mulher e Lei na África Austral - um projecto de pesquisa-acção com a participação de investigadoras e docentes das universidades públicas⁴.

² Localizado no 1º andar do edifício do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), criado antes dos Estudos Gerais Universitários (1962). É o edifício mais antigo da UEM, construído antes da existência do campus universitário.

³ Botswana, Lesoto, Eswatini, Zâmbia e Zimbabwe.

⁴ Ao qual se junta em 1995 o Malawi.

O desafio desta pesquisa regional com países falantes de uma outra língua e com sistemas de justiça diferentes do nosso foi crucial para a criação de redes de pesquisa, associações, “possibilitando entrelaces entre academia, Estado e sociedade civil, transformando-os e colocando-os em diálogo” (CASIMIRO, 2020, p. 101). Com base nestas experiências, começou-se a introduzir a perspectiva de gênero em algumas disciplinas dos cursos de Geografia, História e Antropologia da então Faculdade de Letras da UEM, tendo, mais tarde, sido introduzidas disciplinas específicas de gênero na primeira metade dos anos 90 (CASIMIRO, 2020).

Este acúmulo de experiências é devedor dos avanços verificados no movimento feminista a nível internacional e especificamente nos países do sul global, com enfoque no continente africano e, também, na Constituição da República de 1990, na legislação e nas políticas públicas aprovadas em Moçambique. A III Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher realizada em 1985, em Nairobi, Quênia, visibilizou as caminhadas das mulheres Africanas e, neste contexto, as feministas do sul global pensaram na criação da organização DAWN/MUDAR – *Development Alternatives with Women for a New Era/Mulheres para um Desenvolvimento Alternativo* - nas vésperas da referida conferência. A sua intenção era e continua a visualizar as caminhadas, aspirações, perspectivas e desafios das mulheres do sul global, que, durante muito tempo, ficaram sem voz e imagem na história, em geral, e do feminismo em particular.

É nestas circunstâncias favoráveis a nível mundial, no continente Africano e no sul global em termos do movimento feminista que se concretiza a criação dum espaço no CEA, que pensa as relações sociais e de poder entre mulheres e homens no sentido da sua transformação com vista à igualdade de direitos e deveres no respeito pelas diferenças. Este espaço de pesquisa, formação, advocacia e publicação, comprometida com a mudança, numa perspectiva de gênero, é devedor das caminhadas das mulheres pela visualização das suas vidas, lutas, aspirações, conquistas, ao desenvolvimento da luta pelos direitos humanos das mulheres em todo o mundo, tão caras ao movimento feminista, às lutas das mulheres africanas contra o colonialismo e a opressão, à luta de mulheres e homens pela independência de Moçambique.

Tendo em conta uma abordagem de direitos humanos e do feminismo radical, entendemos gênero como uma categoria e perspectiva para compreender: i) a história das mulheres para serem consideradas pessoas, ou seja, cidadãs com direitos; ii) a

identificação da opressão da mulher na construção das relações sociais entre mulheres e homens; iii) a visualização do desequilíbrio da presença e papéis de mulheres e homens nos espaços de pertença; iv) a desigualdade, discriminação, opressão e exploração das mulheres na construção social das relações entre mulheres e homens com carácter estrutural; v) a luta pelos direitos humanos das mulheres, traduzida nas perspectivas dos diferentes tempos e espaço⁵; estes tempos e espaços são caracterizados pelo grau de desenvolvimento do seu corpo teórico em articulação sábia e inteligente com as teorias políticas vigentes, de acordo com a sua vanguarda, pela aprovação social e política das diferentes reivindicações contidas na sua agenda; e vi) a perspectiva necessária aos estudos sobre a realidade das mulheres em Moçambique no sentido da mudança da sua discriminação, na lei estatutária, nas normas costumeiras, nas políticas públicas e nos espaços da sociedade civil.

Foi com base no entendimento sobre as relações sociais de género, anteriormente descritas, que foi realizado o trabalho e pesquisa no DEMEG, embora num contínuo de estudo e debate, tendo em conta o desenvolvimento do conhecimento da realidade, a partir da filosofia feminista e a perspectiva dos direitos humanos, vinculadas às teorias e práticas das políticas em vigor.

A pesquisa do projecto WLSA, no DEMEG do CEA, possibilitou participar, como investigadoras/es professoras/es e, como assistentes de pesquisa a estudantes (principalmente mulheres) de diferentes Faculdades e departamentos da UEM, na investigação sobre relações sociais de género e direitos humanos das mulheres. Era a primeira pesquisa a nível regional e na UEM sobre questões legais, o exemplo de investigação sobre “Direito a Alimentos e a Mulher em Moçambique: estudo de caso na região Sul”⁶, com a participação de 35 estudantes assistentes de investigação, professoras e professores de todos os departamentos da Faculdade de Letras⁷ e das Faculdades de Economia e Matemática (Departamento de Informática). A investigação no DEMEG teve a participação dos sectores da Justiça, Educação, Saúde e Agricultura, em articulação com membros da Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

⁵ Designados «Ondas» em alguma literatura.

⁶ Mas, também, com pesquisa em Nampula.

⁷ Hoje Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

Importa, igualmente, destacar o papel importante que teve a actividade de investigação realizada pelo DEMEG, uma vez que contribuiu para o embrião das primeiras organizações da sociedade civil de activismo pelos direitos humanos da mulher, como o são o Fórum Mulher e a MULEIDE; a participação como NUMA – Núcleo de Estudos da Mulher e Ambiente – na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro; a participação nas Conferências sobre os Direitos Humanos, em Viena, em 1993, sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e sobre a Mulher em Pequim, em 1995, intitulada “Acção para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”.

Foi neste contexto que, a partir da década 80 e até ao momento, a perspectiva de género na UEM mantém um contínuo crescimento, não apenas na investigação, como também na docência, dentro dos departamentos da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), como são os Departamentos de Antropologia, História, Sociologia e Geografia. Identificando, neste último a permanência curricular das disciplinas de Geografia Social e de Geografia do Género, desde 1994, até ao dia de hoje, no curso de Licenciatura em Geografia, da então Faculdade de Letras. Não foi um processo fácil, mas aconteceu e espalhou-se pelas Faculdades de Educação⁸, Direito e Agronomia, entre outras disciplinas que incorporam a categoria “género” na docência e na investigação.

É também de realçar o Programa Mulher e Engenharia, na então Faculdade de Engenharias e Ciências, com o apoio da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), nos anos 90 e 2000, com o objectivo de sensibilizar a comunidade universitária sobre a necessidade de garantir a presença de mais mulheres em cursos tradicionalmente masculinos. De acordo com o estudo de António e Hunguana (2014), para além das faculdades anteriormente referidas, há que realçar a existência de cursos e seminários promovidos pela Faculdade de Economia.

4. Género nos currícula na UEM: entre a resistência e a complacência

Já há uma consciência, ainda que emergente, da necessidade de se incluir uma perspectiva de género nas abordagens científicas do Ensino Superior no País. Estas autoras argumentam, também, que a maior parte das Instituições e de Ensino Superior (IES), não inclui, de forma explícita, nos seus currícula, assuntos de género: nem de forma transversal, nem através

⁸ A Faculdade de Educação, na UEM, foi a primeira a ter, no seu mestrado, iniciado em 2000, uma disciplina intitulada Contexto Histórico, Antropológico e Sociológico da Educação em Moçambique, Módulos 7 e 8: Direitos Humanos, Cultura e Educação: Perspectivas Feministas.

da introdução de uma cadeira ou curso virado para a questão de género (ANTÓNIO e HUNGUANA, 2014, p. 30).

O excerto acima é ilustrativo dos desafios que a UEM enfrenta que é de garantir maior cometimento dos órgãos máximos da instituição, “no sentido de fazer com que a questão de género seja um tema incontornável das práticas pedagógicas da instituição: não aprovar, por exemplo, nenhum currículo que não inclua o módulo Métodos de Estudo e Habilidades para a Vida” (*Ibidem*, p. 33).

Os planos curriculares em curso na UEM, em diferentes faculdades e escolas são, na sua maioria, marcados pela ausência de uma abordagem de género. Contudo, esta realidade contrasta, significativamente, com as experiências práticas do quotidiano das unidades orgânicas, quer ao nível de quadro do corpo docente, do Corpo Técnico e Administrativo bem como em relação ao grupo dos estudantes. Ou seja, no conjunto destes cursos, não existem os que, especificamente, se dedicam aos assuntos de género. As temáticas de/sobre género aparecem como disciplinas em alguns cursos ou, simplesmente, em módulos.

4.1. Análise dos planos curriculares e integração da perspectiva de género

Uma breve auscultação à comunidade universitária, realizada no âmbito da elaboração deste capítulo, permitiu obter um outro olhar sobre a realidade da UEM, bem como perceber como as desigualdades de género afectam, de modos distintos, as relações entre homens e mulheres, dentro das instituições, incluindo académicas.

Observando os currículos, na sua maioria, são omissos em relação à perspectiva de género. A UEM, enquanto instituição pública de ensino superior, e a mais antiga de Moçambique, possui uma Estratégia de Género que está em conformidade com a visão do Governo para esta área. A adopção desta abordagem reflecte, por um lado, um enorme avanço em termos institucionais, mas, por outro, grandes desafios. Existem cursos com inclusão da perspectiva de género, como disciplina ou, como módulo, mas, a UEM, ainda não oferece, ao nível de formação académica, um curso específico de estudos de género ao nível de graduação.

Foram identificadas práticas e percepções de inclusão de género nas faculdades, muito embora ainda não reflectidas na maioria dos planos curriculares. Uma análise dos planos de estudo dos cursos administrados nas Faculdades de Letras e Ciências Sociais

(FLCS), Faculdade de Economia, Faculdade de Ciências e na Faculdade das Engenharias, por exemplo, verificou-se que, em oito (8) cursos de licenciatura, apenas três (3) possuem disciplinas específicas que reflectem a abordagem de género (Tabela 1).

TABELA 1 - Abordagem de género em alguns planos de estudo de cursos administrados na UEM

	Cursos	Abordagem de Género	Omisso à abordagem de género
1	Gestão de Negócios		X
2	Antropologia		X
3	História		X
4	Administração Pública		X
5	Serviço Social	X	
6	Sociologia	X	
7	Ciência Política	X	
8	Engenharias		X

Fonte: Índice de Cursos de Licenciatura na UEM (2021)

Em cursos tradicionalmente considerados de dominação masculina, sobretudo os das áreas das ciências exactas ou naturais, onde a presença de estudantes do sexo masculino atinge cerca de 80%, a integração da mulher, bem como de disciplinas ou cursos modulares ou de curta duração, enfrenta “bolsas” de resistência às mudanças, o que impede uma maior inclusão da perspectiva de género.

Sendo um plano curricular um instrumento que reflecte uma política pedagógica com vista a materializar a visão institucional na área de ensino, a sua existência funciona como um vector de orientação do corpo docente no concernente às práticas de ensino. Estas práticas incluem aspectos relacionados à planificação, criação e administração dos conteúdos. Adicionalmente, os planos curriculares permitem perceber como é que a realidade social, política e, sobretudo, económica, e respeitante ao género, são percebidos, sentidos e problematizados por uma determinada instituição de ensino. A sua não existência pode criar condições para o imprevisto e imaginação do professor em relação às matérias ou conteúdos a serem administrados aos alunos. É assim que, a análise dos currículos e as entrevistas realizadas, revelaram algo particularmente interessante, na medida que permitiu perceber que, não obstante a omissão da abordagem de género nos planos curriculares dos cursos oferecidos na UEM, a prática é

reveladora de inclusão de gênero e de mulheres em particular, do ponto de vista do acesso ao ensino superior, do acesso aos órgãos de tomada de decisão, entre outros.

4.2. A percepção sobre o conceito de gênero e currículo na UEM

Existe a percepção de que gênero é assunto que diz respeito apenas as mulheres, o que contribui para a desqualificação do próprio conceito. Pouco se considera o gênero como um conceito analítico que pode ser tratado cientificamente em qualquer disciplina científica. A maior parte dos entrevistados reconhece a importância do gênero, em particular quando se abordam questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva, assédio sexual, inclusão das mulheres nos cursos de graduação e pós-graduação. Para a maioria dos entrevistados, o gênero não está a ter o devido tratamento por parte de homens e mulheres docentes, estudantes e membros do CTA.

Nós entendemos que o assunto de gênero não está a ser abordado como devia ser [...]. A saber que há que respeitar algumas particularidades tanto do homem como da mulher [...]. Muitos ainda têm a percepção de que é [...] a defesa da mulher. É um desafio importante, de dar a entender o que é isso de assunto de gênero como é que é importante (HOMEM, Faculdade de Ciências, entrevista, 17 de Dezembro 2020).

Outros participantes chamam à atenção sobre a ridicularização e a visão estereotipada sobre o conceito de gênero.

Todos precisam ter isso em conta. E os docentes mais ainda. Não é só chegar e despejar o conhecimento. Ao nível da Faculdade de Economia, de facto, começaram a surgir alguns comentários [sobre gênero], em jeito de piada e a simulação da coisa que foi tratada. A percepção sobre gênero ainda não está a ser aceite ou assimilada (MULHER, Faculdade de Economia, entrevista, 17 de Dezembro 2020).

Porque gênero aparece associado a mulheres ou, nalguns casos, de que não é algo muito importante (MULHER, Pós-Graduação, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, entrevista, 16 de Dezembro 2020).

Na Faculdade de Medicina a questão de gênero tem sido discutida, principalmente quando se aborda o assédio sexual entre estudantes e docentes, vice-versa [...] pensamos que estamos a incluir quando nos editais damos mais preferência a candidatas do sexo feminino [...], mas acho que não é suficiente só esta abordagem de que damos mais prioridade às mulheres, porque também existe indivíduos do sexo masculino que precisam de ser apoiados na formação e este equilíbrio de que tenhamos mulheres e homens formados pode ser um benefício para sociedade (MULHER, Pós-graduação, Faculdade de Medicina, 16 de Dezembro 2020).

4.3. Integração da perspectiva de género nos currículos

A maior parte dos cursos administrados na UEM não integrou, ainda, a componente género nos planos curriculares, decorrente de resistências cognitivas e culturais. A maior parte dos entrevistados, sobretudo dos cursos de ciências exactas, refere não haver espaço para incorporar o género como categoria analítica nos seus currículos. O género ainda é visto apenas como um assunto que deve fazer parte das actividades extra-curriculares. Foi, também, referido que a natureza destas ciências exactas não abre espaço para integrar a perspectiva de género nos programas curriculares, mas que, talvez, possa ser considerado como um tópico para um módulo dentro de uma ou duas disciplinas que integram o curso.

Os depoimentos a seguir testemunham a diversidade e fraqueza de conhecimento de estudantes e docentes, incluindo dos gestores, em relação à importância da análise de género para compreender as relações entre os indivíduos.

Relativamente à Faculdade de Ciências, tanto para o nível de mestrado, como o nível de licenciatura, infelizmente nenhum dos currículos prevê o aspecto de género. E é natural porque, geralmente, quando se faz os currículos, a preocupação é a questão dos conteúdos que vão atribuir competências na área de formação e, infelizmente, nos esquecemos destes aspectos... Infelizmente, não está a ser considerado (MULHER, Pós-Graduação Faculdade de Ciências, entrevista, 16 de Dezembro).

Em termos gerais, a Escola de Comunicação e Artes (ECA) não tem nos seus currículos cadeiras, de uma forma geral, relacionadas a género e direitos humanos. Nós quando fazemos a nossa revisão curricular, infelizmente, não temos em conta, talvez, por uma série de motivos, seja sensibilidade na área do género, seja um instrumento que oriente, documento, regulamento que oriente nesse sentido. No nosso currículo, não tem nada de forma concreta [...] relacionado com o género (MULHER, Pós-graduação, Escola de Comunicação e Artes, entrevista, 16 de Dezembro 2020).

Apesar de poucos planos curriculares integrarem a componente género, existem actividades extracurriculares que abordam assuntos de género. Foi referido pelos entrevistados que existem atitudes encorajadoras para se fazer uma análise de género nos trabalhos de fim do curso, nas actividades como seminários, *workshops* e exercícios práticos da disciplina.

4.4. Integração da perspectiva de género em cursos de curta duração

Como foi referido na secção anterior, para além das actividades extracurriculares, algumas unidades académicas oferecem cursos de curta duração. Por exemplo, o Centro de Desenvolvimento Académico (CDA) oferece, regularmente, cursos de curta duração para os docentes, o qual incorpora um módulo que contempla género, facilitado anualmente pelo CeCAGe.

Actualmente, o CeCAGe oferece cursos de curta duração para supervisão na pós-graduação e habilidades gerais, cujo grupo-alvo são docentes e estudantes da graduação e pós-graduação, respectivamente. A componente supervisão na pós-graduação levou em consideração o enfoque de género pelas vantagens que se constata na sua prática. Diferentes ideias e percepções divergentes foram narradas pelos informantes em relação à integração da perspectiva de género nos cursos para supervisão e habilidades para a vida.

Este módulo de género e supervisão trata, exclusivamente, assuntos relacionados com o género. E vimos neste módulo as combinações que se pode estabelecer entre o supervisor e o estudante. E chegou-se à conclusão de que, de homem para homem, as tarefas são mais orientadas, elevada qualidade de colaboração, o problema do estudante nem sempre é compreendido (HOMEM, Centro de Desenvolvimento Académico, entrevista, 21 de Dezembro 2020).

Bom, é relevante, mas não no sentido de introduzirmos um tema nos módulos. Eu estava a dizer, os módulos tratam de competências genéricas, partindo do princípio de que tanto os homens como as mulheres têm as mesmas competências. Não há aquela situação de um género ter mais competências que o outro género. Então, é mais nesse sentido que não consideramos assuntos sobre género (HOMEM, Faculdade de Educação, entrevista, 21 de Dezembro 2020).

4.5. Razões da fraca integração da perspectiva de género nos planos curriculares

A maior parte dos entrevistados refere que uma das razões da fraca integração do género é o facto deste ser ainda visto como algo superficial. Existe, também, uma tendência de assumir que certos planos curriculares são menos apropriados para inclusão da perspectiva de género. Ademais, foi referida a falta de vontade política por parte dos órgãos centrais, em particular os responsáveis pela aprovação dos currículos em considerar a incorporação do género nos planos curriculares como requisito fundamental para a aprovação dos mesmos. Mesmo existindo momentos de revisão dos

currículos, a preocupação consiste em rever e incorporar elementos associados apenas aos aspectos técnico-científicos da disciplina.

À semelhança da constatação anteriormente referida sobre os estereótipos, incompreensões e desconhecimento sobre o conceito de género, os excertos a seguir são ilustrativos.

Experiência de alguns cursos mostram como as mulheres desistem antes, algumas levam mais tempo para terminar do que os homens; são raras as vezes que ocupam posições de pesquisadoras-chefe, então, estas coisas que de uma ou de outra maneira estão na cabeça das pessoas, e aqueles que desenham os currículos, aprovam os currículos podem, de alguma forma, estar a influenciar esta tendência (HOMEM, Centro de Desenvolvimento Académico, entrevista, 21 de Dezembro 2020).

Internamente, não temos mexido no currículo... o currículo é muito técnico. Eu acho que é o tipo de curso. Desde o início, nós temos disciplinas do estilo investigação que é para tudo, depois nós começamos com componentes técnicas, temos deontologia profissional, temos gestão empresarial. Então, em todos os currículos, a abordagem é mesmo para a área do trabalho. E, normalmente, onde nós vamos trabalhar, não encontramos essa diferença homem e mulher. Acaba sendo difícil dizer que vamos colocar uma disciplina específica, não tem como. É Engenharia Ambiental, Civil, Electrotécnica, temos que mexer nos fios, nos cabos, quando é para mexer nos fios e nos cabos, a partir do momento que a pessoa está lá, é tratada da mesma maneira (MULHER, Faculdade de Engenharia, Pós-Graduação, entrevista, 16 de Dezembro 2020).

4.6. Aceitação e resistência na integração da perspectiva de género nos planos curriculares

Existe uma percepção de que há dificuldades em integrar o género nos planos curriculares pela complexidade dos conteúdos dos respectivos planos. Há, também, um entendimento sobre a importância da transversalidade do género nos processos de ensino e aprendizagem, tendo em conta as especificidades do curso ou da própria unidade académica. As sugestões apontam para a inclusão da perspectiva de género nos seminários que podem decorrer no início e no fim do curso, ou, ainda, nas actividades extra-curriculares, apesar de algum cepticismo.

Eu penso que, na forma de disciplina, pode ficar muito complicado. Pode-se usar duas abordagens, uma na forma de seminários, em que podem ser programados, coordenados com a direcção dos cursos, que podem ser dados aos estudantes que estão a entrar, que têm um nível de preparação para o ensino superior, tendo em conta os assuntos de género. E, depois, poderia se dar seminários no último ano, onde o estudante tem muito tempo em que

preparámo-lo para a vida profissional, para ter atenção ao gênero (HOMEM, Faculdade de Ciências, entrevista, 17 de Dezembro, 2020).

Uma cadeira, eu diria que, talvez, não. Mas, se nós pudéssemos ter os diferentes tópicos a abordar, podemos ver como distribuir, ao longo das disciplinas, assim faria mais sentido... gostaria que essa entrada fosse gradual para nós podermos ver o resultado disso. [...] Talvez não. É bom conhecer, mas para o engenheiro, a vida do engenheiro, isto faz diferença, acho que não. Mas tudo tem a ver com o conteúdo, qual é o programa que se pretende meter nestes módulos. Aí, talvez experimentando, pode descobrir que tem alguma influência, tem importância, tem relevância. Mas, em condições normais, não (MULHER, Pós-graduação, Faculdade de Engenharia, entrevista, 16 de Dezembro 2020).

Na Faculdade de Medicina, já temos disciplinas que podem incorporar o capítulo do gênero, falo precisamente da disciplina deontologia e ética profissional, a disciplina da saúde da comunidade; eu dizia, temos, desde o primeiro ano até ao quinto ano. Acho que há espaço nas diferentes disciplinas mesmo na ginecologia e obstetrícia, em outras que lidam com homens e mulheres, podem ser incorporados tópicos sobre gênero e não necessariamente uma disciplina específica, porque a questão de gênero não é vertical, é transversal, dependendo das áreas do saber a abranger as disciplinas” (MULHER, Pós-graduação, Faculdade de Medicina, entrevista, 16 de Dezembro 2020).

4.7. Primeiro currículo de mestrado em gênero: entre aceitação e resistências

A elaboração do currículo do “Mestrado em Gênero e Desenvolvimento” foi marcada, por um lado, por resistências teóricas entre diferentes campos disciplinares e, por outro, pelas diversas posturas de variados actores.

Não havia muito dinamismo, havia uma resistência [...] porque não estávamos cientes da importância de fazer este mestrado. Na altura, a ideia vinha do CeCAGe (MULHER 1, Membro da Comissão para a Elaboração do Currículo em Mestrado em Gênero e Desenvolvimento, entrevista, 18 de Dezembro 2020).

A vários níveis, sentimos, particularmente, alguma resistência...algumas em termos de perspectivas teóricas que este mestrado iria adoptar. Que teorias nós vamos usar, a sua compreensão, a sua aplicação, a sua integração no nosso contexto e a relevância neste mestrado (MULHER 2, Membro da Comissão para a Elaboração do Currículo em Mestrado em Gênero e Desenvolvimento, entrevista, 18 de Dezembro de 2020).

5. Investigação na UEM

Como já anteriormente referido, a pesquisa sobre gênero emerge nos anos 1980, no Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, através da

investigação realizada por docentes e investigadores, sobretudo da área das Ciências Sociais e Humanas (CASIMIRO, 2012; CASIMIRO e ANDRADE, 2007).

O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), criado em 1988, no CEA, funcionou como o embrião, contribuiu bastante para a visualização dos estudos de género e catapultou as reflexões acerca das desigualdades no País. Cabe realçar que, do ponto de vista de perspectiva teórica, a pesquisa predominante nesta época tinha como enfoque principal a análise da situação da mulher. No entanto, isto não significa que não havia pesquisa que privilegiasse uma perspectiva de relações sociais. Por exemplo, a pesquisa desenvolvida no CEA sobre o *Mineiro Moçambicano*, traz consigo uma dimensão de relações de género, onde a mobilidade masculina para a África do Sul alterou os papéis sociais e responsabilidades das mulheres, dentro das famílias.

O contexto internacional, em termos de tendência de abordagens teóricas predominantes, teve muita influência na pesquisa realizada em Moçambique. Com efeito, a partir dos anos 1990, o conceito de género é adoptado como um conceito que permitia analisar as relações sociais entre mulheres e homens, a partir de múltiplas dimensões (económicas, políticas, sociais, culturais e ambientais), de uma forma relacional. A cooperação internacional teve um papel importante tanto na formação de investigadores nesta área, como na instituição de centros de pesquisa e estabelecimento de estruturas para a sustentabilidade da pesquisa em género. É o caso da Fundação Ford, da SAREC, da NORAD, da Cooperação Italiana e VLIR – Bélgica, através do Programa Desafio e da WLSA, que contribuíram muito na formação de investigadores na área de género e no financiamento de pesquisas nesta área. A par do surgimento de instituições dentro do espaço académico, foram emergindo associações de mulheres (MULEIDE, Fórum Mulher, entre outras).

Um dos aspectos que contribuiu para o estabelecimento e o crescimento do campo de estudos sobre género na UEM foi o ambiente institucional favorável que estimulou a formação de novos quadros nesta área. Com efeito, a complementaridade das actividades de pesquisa e extensão, formação e advocacia tem influenciado, desde os anos 1990, a introdução de inovações nos *curricula* da UEM, onde, ainda que de forma lenta, têm vindo a ser introduzidos conteúdos, disciplinas e cursos sobre género nos níveis de graduação e pós-graduação.

Apesar do espaço favorável que a implantação da pesquisa sobre género teve no seio da UEM, a mesma conheceu dificuldades ao longo do tempo, nomeadamente (i) a resistência e fraca sensibilidade sobre as temáticas de género, os debates profundos sobre esta área de saber, mas não suficientes e abrangentes, o que limitou a partilha do conhecimento produzido assim como o desenvolvimento desta área do saber; e (ii) a escassez de recursos financeiros por parte do Estado limitou a realização da investigação. Somente com a criação em 2005 do Fundo Nacional de Investigação (FNI), esta insuficiência foi colmatada.

Do ponto de vista de temas de pesquisa, a partir dos anos 1990, nota-se a tendência para uma maior diversificação, contrariamente ao período anterior, onde predominavam temas ligados à participação da mulher na luta de libertação nacional, a mulher camponesa, operária, nas cooperativas e nas associações, a mulher na educação e na saúde, a participação da mulher como juíza eleita nas diversas instâncias do poder judicial. Assim, nota-se a prevalência de temas de pesquisa ligados à mulher como sujeita activa de direitos em relação à terra, governação, eleições, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, educação, violência baseada no género e políticas públicas para a igualdade de género. As recentes pesquisas sobre género têm contribuído na ampliação sobre a compreensão das múltiplas e variadas masculinidades, feminilidades e outras identidades de género. A relevância destes temas está na necessidade que a academia, a sociedade e fazedores de políticas têm de compreender como as desigualdades de género ocorrem na nossa sociedade e que estratégias podem ser adoptadas para garantir a integração de temáticas de género nos vários sectores da sociedade.

Grande parte das publicações sobre temáticas de género em revistas científicas nacionais e internacionais especializadas, são artigos e relatórios científicos. Contudo, existem outros artigos e relatórios científicos não publicados e que se encontram depositados em várias unidades orgânicas da UEM.

6. Desafios e Considerações Finais

A abordagem e integração da perspectiva de género constitui parte das respostas institucionais à ratificação da Plataforma de Pequim e às demandas da sociedade civil para garantir a integração da mulher nos diferentes sectores da sociedade, incluindo nas universidades.

Com o Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane (PEUEM 2018-2028) e a Estratégia de Género (2020-2030), a UEM manifesta o cometimento com um ensino inclusivo e com a integração da componente de género como um eixo transversal, ao nível do ensino e aprendizagem, investigação e a extensão, por forma a alcançar a equidade e igualdade de género.

A existência de disciplinas e de módulos sobre género, nos planos curriculares, permite situar o estágio em que as unidades orgânicas e, em particular, as Faculdades, se encontram, bem como os seus constrangimentos e desafios. É ao nível dos cursos da pós-graduação, que disciplinas, módulos e temáticas de investigação sobre género relativo à complexidade da vida e da sociedade contemporânea se vão diversificando e aprofundando. Dentre as temáticas de interesse de produção e transmissão de conhecimento, ganharam maior espaço e visibilidade, nos últimos anos questões de desenvolvimento, mudanças climáticas, saúde, paz e segurança, governação e cidadania, ética e justiça social.

A integração da perspectiva de género ao nível institucional, tanto do ponto de vista administrativo como do ensino e aprendizagem, resulta de um longo processo de construção que envolve o engajamento, vontade política, definição e elaboração de instrumento conducentes à mudança de comportamentos e atitudes, apesar de ainda prevalecerem desafios.

Referências

ANTÓNIO, E.; HUNGUANA, C. **Relatório do estudo sobre género no ensino superior em Moçambique**: estudo realizado em 2013. Maputo: Ministério de Educação, 2014.

CASIMIRO, I.; ANDRADE, X. Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists. In: AMPOFO, A. A. e ARNFRED, S. **African Feminist Politics of Knowledge**: tensions, challenges, possibilities. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2010, p. 137-156.

CASIMIRO, I.; ANDRADE, X. Investigação sobre Mulher e Género no Centro de Estudos Africanos. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 21, p. 7-27, 2005.

CASIMIRO, I. M.; ANDRADE, X. **A identidade do feminismo crítico em Moçambique**: situando a nossa experiência como mulheres, académicas e activistas. Maputo: CEA, 2007. P. 1-18.

CASIMIRO, I. **Mulher, pesquisa, ação e mudança**. Dakar: CODESRIA, 2012. P. 211-226.

CASIMIRO, I. Partilhando experiências e alternativas feministas entre academia, Estado e sociedade civil em Moçambique. In: TEIXEIRA, C. M.; KIND, L. (coord.). **Narrativas, Mulheres e Resistências**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2020. P. 97-109.

Constituição da República Popular de Moçambique - CRPM. BR. I Série, n.1. 1975.

DECLARAÇÃO de Pequim adoptada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Acção para Igualdade, Desenvolvimento e Paz, 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>. Acesso a 26 de Maio de 2021.

GENTILI, A. M. Prefácio. In: CRUZ e SILVA, T.; BORGES COELHO, J. P.; NEVES DE SOUTO, A. **Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África? Questões epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Dakar: CODESRIA, 2012. P. 17-26.

MCFADDEN, P. **Issues of Gender and Development from an African Feminist Perspective**. Lecture presented in honor of Dame Nita Barrow, at the Center for Gender and Development Studies, University of the West Indies, Bridgetown: November, 2000.

MOÇAMBIQUE. MIMAS. BR. I Série, n. 19. 1999.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. The Emergence and Trajectories of Struggles for an 'African University': The Case of Unfinished Business of African Epistemic Decolonisation. **Kronos**, Cape Town, v. 43, n.1, p. 51-77, 2017.

TSVERE, M.; NYARUWATA, L.T. **Gender mainstreaming in higher education: Experiences from Africa**. **Zimbabwe International Journal of Open and Distance Learning International Research Conference-Special Edition**, v. 2, n. 9, p. 19-25, 2012.

TVEDTEN, I.; PAULO, M.; MONTSERRAT, G. **Políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique**. CMI Report, 2008.

ZIMBA, B. **A mulher moçambicana na luta de libertação nacional. Memórias do destacamento feminino**. Maputo: CPHLLN, 2012. 336 p.

Documentos Consultados

<http://www.flcs.uem.mz/index.php/cursos-de-licenciatura/13-licenciatura>

http://www.economia.uem.mz/images/PDF/PLANOS.DE.ESTUDO/gestao_negocios.pdf

<https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/1034-igualdade-de-genero-e-pesquisa-no-ensino-superior-mocambicano-serao-impulsionados>

Índice de cursos de Licenciatura na UEM (2021). In: <https://www.uem.mz/index.php/cursosleccionados>. Acesso a 08 de Abril de 2021.

Agradecimentos

Agradecemos a todas e todos que, directa e indirectamente, contribuíram para a elaboração deste capítulo. De forma muito particular, aos docentes e investigadore(a)s, reformado(a)s e no activo que concederam entrevistas no âmbito deste trabalho. Agradecemos, igualmente, à estudante de Sociologia, Dulcia Uacitela, pela transcrição das entrevistas.